



MST E REFORMA AGRÁRIA NA BAHIA: O CASO DO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA EM BOA VISTA DO TUPIM, BAHIA

Ythana de Oliveira Santos

Janaina Paixão Pereira

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar as diferentes responsabilidades atribuídas ao Movimento Sem Terra (MST) no que se refere a dinâmica espacial de uma área, como é o caso do município de Boa Vista do Tupim, e o papel social do Movimento, além dos desafios enfrentados e os meios encontrados para a permanência dos trabalhadores rurais dessa localidade. Apesar de procurarem enxergar o mundo, no que diz respeito aos seus conceitos ideológicos, da forma mais comunitária possível, nem só da ajuda mútua consegue viver o MST, por isso o Movimento recorre a formação de associações e depende também da comercialização dos seus produtos para sua permanência em determinados locais. O presente artigo procura também mostrar a importância do Movimento na formação política e social dos indivíduos que fazem parte dos assentamentos e acampamentos. E apresentar as pautas e as transformações positivas que o Movimento promove no espaço geográfico, já que essa é uma responsabilidade para com a sociedade em que vivemos. Além do apoio bibliográfico, esse trabalho foi realizado devido a uma viagem de campo de uma turma de Geografia do terceiro ano do ensino médio e foi escrita através de relatos de assentados, acampados e dirigentes do MST da região.

Palavras-chave: Espaço geográfico; Questão agrária; MST.

MST AND LAND REFORM IN BAHIA: THE CASE OF THE CHE GUEVARA SETTLEMENT IN BOA VISTA DO TUPIM, BAHIA

ABSTRACT

This article aims to present the different responsibilities attributed to the Landless Movement (MST) with regard to the spatial dynamics of an area, as is the case of the municipality of Boa Vista do Tupim, and the social role of the Movement, in addition to the challenges faced and the means found for the permanence of rural workers in that locality. Although they seek to see the world, with regard to their ideological concepts, in the most community possible way, not only is mutual aid able to live the MST, so the Movement resorts to the formation of associations and also depends on the marketing of its products for their permanence in certain places. This article also seeks to show the importance of the Movement in the political and social formation of individuals who are part of the settlements and

camps. And to present the guidelines and positive transformations that the Movement promotes in the geographic space, since this is a responsibility towards the society in which we live. In addition to bibliographic support, this work was carried out due to a field trip by a Geography class in the third year of high school and was written through reports from settlers, campers and MST leaders in the region.

Keywords: Geographic space; Agrarian issue; MST.

MST Y REFORMA AGRARIA EN BAHÍA: EL CASO DEL ASENTAMIENTO DEL CHE GUEVARA EN BOA VISTA DO TUPIM, BAHIA

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar las diferentes responsabilidades atribuidas al Movimiento Sin Tierra (MST) con respecto a la dinámica espacial de un área, como es el caso del municipio de Boa Vista do Tupim, y el papel social del Movimiento, además de los desafíos enfrentados y los medios encontrados para la permanencia de los trabajadores rurales en esa localidad. Aunque buscan ver el mundo, con respecto a sus conceptos ideológicos, de la manera más comunitaria posible, no solo la ayuda mutua puede vivir el MST, sino que el Movimiento recurre a la formación de asociaciones y también depende de la comercialización de sus productos para su permanencia en ciertos lugares. Este artículo también busca mostrar la importancia del Movimiento en la formación política y social de las personas que forman parte de los asentamientos y campamentos. Y presentar las pautas y las transformaciones positivas que el Movimiento promueve en el espacio geográfico, ya que esta es una responsabilidad hacia la sociedad en la que vivimos. Además del apoyo bibliográfico, este trabajo se llevó a cabo debido a un viaje de campo realizado por una clase de Geografía en el tercer año de la escuela secundaria y fue escrito a través de informes de colonos, campistas y líderes de MST en la región.

Palabras clave: espacio geográfico; Problema agrario; MST.

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil, desde a colonização, tem grande influência na configuração territorial e conseqüentemente na composição dos grupos conflitantes. Dentre esses grupos, temos os movimentos sociais do campo, que têm como objetivo principal a Reforma Agrária e, além disso, formam interações sociais que merecem destaque.

A necessidade de explanar sobre os movimentos sociais do campo se faz urgente pelos ataques incessantes a essas organizações. Sabemos que a criminalização por parte da mídia é corriqueira e a violência aos trabalhadores rurais alcança níveis alarmantes. Por isso, apresentar as pautas e transformações positivas que esses movimentos promovem é uma responsabilidade para com a sociedade em que vivemos.

A luta pela Reforma Agrária, embora seja a maior pauta de reivindicação do grupo não é a única coisa que os une, por isso esse artigo propõe-se a analisar as relações sociais constituídas através desse movimento. Como o MST e os demais movimentos mudam a configuração espacial de pequenos municípios, a exemplo de Boa Vista do Tupim? Qual é o papel social dessa organização?

Este artigo tem por objetivo apresentar as considerações feitas numa visita ao Acampamento Mãe Terra e ao Assentamento Che Guevara pela turma do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em 21 de julho de 2017, aliadas aos conhecimentos geográficos adquiridos ao longo da disciplina Organização do espaço baiano, a exemplo das relações de poder e as dinâmicas territoriais que influenciaram na formação desse Movimento.

Dentre seus objetivos específicos estão: relatar o contexto histórico da organização do espaço agrário baiano e do movimento, mostrar os meios econômicos que o movimento encontra para se manter ativo, registrar de que forma esse movimento é capaz de promover a igualdade de gênero, descrever como a educação é inserida nesses locais.

Em vista essas noções estabelecidas, esse artigo está disposto em seis partes divididas em Introdução; Procedimentos metodológicos; Breve contexto histórico da organização do espaço agrário na Bahia; Estrutura do Movimento Sem Terra e os desafios da permanência no município; Papel social do MST e Considerações finais. Em cada uma delas abordaremos de forma mais detalhada os resultados encontrados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a viabilidade deste trabalho, no que se refere ao aporte teórico, tornou-se necessário o estudo de textos relacionados às condições históricas e sociais que contribuíram para o acesso desigual a terra no Brasil (GERMANI, 2006), como também, a configuração do espaço agrário na Bahia ao longo do tempo (LEÃO, 1987), os aparatos jurídicos que possibilitam a Reforma Agrária, a trajetória do MST e sua contribuição para a organização e modificação desse espaço (FERNANDES, 1999). Dessa forma, essa sequência foi desenvolvida e utilizada para melhor embasar as discussões da realidade encontrada em campo.

No âmbito de obtenção das informações, existiu a necessidade de analisar documentos como o Estatuto da Terra, para obter as disposições quanto ao uso da terra e sobre as obrigações do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

O desenvolvimento do trabalho, entretanto, obteve a maior quantidade das informações através do desenvolvimento de entrevistas de caráter mais dissertativo e feitas coletivamente. Essas entrevistas foram direcionadas para os dirigentes do acampamento e do assentamento, respectivamente. Como também, para as principais pessoas que de alguma forma se envolveram na concretização desse território, o que contabiliza, aproximadamente, de 10 a 20 pessoas. As informações coletadas tiveram o objetivo de esclarecer fatos como a participação social, interferências de órgãos municipais no Movimento, fatores econômicos, mas principalmente, as formas que o movimento encontra para resistir em meio a tantos algozes.

As informações coletadas nesse trabalho de campo, através das entrevistas, foram organizadas separadamente e de forma escrita, conforme a necessidade de serem incluídas nos tópicos desenvolvidos. Todavia, imagens também foram utilizadas para ilustrar e melhor elucidar a caracterização dos territórios estudados.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NA BAHIA

A partir da colonização, o território brasileiro foi dividido no sistema de sesmarias, que consistiu em terras doadas pela coroa portuguesa para ocupação e uso do solo da área conquistada. Esse sistema dividiu o território em 12 setores horizontais que influenciaram as atividades agrárias importantes para o desenvolvimento econômico do país, mas como consequência dificultaram pequenas produções locais de subsistência, pois a divisão não respeitou as culturas nativas.

Em 1850, a Lei de Terras favoreceu a concentração ainda maior de latifúndios no Brasil, foi outorgada pouco antes da abolição da escravatura e em paralelo à proibição do tráfico negreiro. Essa Lei dificultava o acesso a terras devolutas, que só poderiam ser obtidas através da compra junto com o governo, o que exigia grande quantidade de capital, aquisição em falta para imigrantes, pequenos camponeses e recém-libertos.

A partir de 1950 é implantado no Brasil um modelo agrário de monoculturas. Embora utilizado pela Coroa no início da colonização, nesse período o modelo tomou proporções maiores e obteve aliados importantes, o que transformou o espaço agrário significativamente. As monoculturas aliadas ao estabelecimento de novas técnicas ocasionaram numa separação ainda mais severa do trabalhador rural e a terra. Os agricultores tornaram-se dependentes do sistema industrial financeiro.

Isso ocasionou numa grande massa de trabalhadores sem-terra, pois com a modernização do campo e o crescimento da concorrência, as máquinas tornaram-se grandes parceiras dos latifundiários. Assim, pequenos proprietários venderam a terra e migraram para a cidade, não em busca de melhor qualidade de vida, mas pela expropriação rural condicionada pela implantação da monocultura, o surgimento das novas tecnologias agrícolas e a alta concorrência, que dificultaram a agricultura de subsistência.

O estado da Bahia foi dividido em 15 capitanias pela Coroa Portuguesa, o que estruturou o espaço agrário baiano com a grande concentração de terras. Portanto, a estrutura desse espaço não se diferenciou do território nacional, quanto a formação atrelada aos latifúndios.

A Bahia possui uma diversidade, no que se refere ao solo e a vegetação, que possibilitou tanto a agricultura voltada para o comércio quanto a de subsistência. Entretanto, as áreas litorâneas se destacaram tanto em contingente populacional como na produção e comercialização de produtos agrícolas. A exemplo do cacau, na região de Ilhéus. Enquanto, nas regiões secas, a agricultura de subsistência e criação extensiva consolidou-se.

Segundo Leão (1987), podemos analisar o Estado por três fases durante o processo de ocupação territorial baiano. O primeiro vai do longo período colonial à independência da Bahia (1500-1823), nessa fase o cultivo da monocultura da cana-de-açúcar aconteceu nas áreas litorâneas e de fácil cultivo, enquanto as pequenas propriedades ficaram responsáveis pelo abastecimento ineficiente de Salvador.

A segunda fase (1823-1930) foi marcada pelo isolamento econômico do Estado para outras regiões do país e a sua abertura para as negociações com os importadores estrangeiros, principalmente os da Europa Ocidental e os Estados Unidos. No terceiro período (1931-1970), a economia nacional começou a crescer em decorrência da Grande Depressão. Com as potências mundiais em crise, o Brasil teve a oportunidade de se estabelecer economicamente, o que fortaleceu a integração entre os estados, colaborou para a implantação das rodovias e

ferrovias e para a abolição das barreiras alfandegárias. Consequentemente, isso alterou o sistema de mercado da Bahia e proporcionou um sistema de múltiplos mercados, tanto nacional quanto internacional.

Nas duas últimas fases, houve a descoberta de pedras preciosas na área dos municípios que hoje formam a região da Chapada Diamantina, onde se localiza o município de Boa Vista do Tupim. Esse fato impulsionou a ocupação e formação de vilarejos por garimpeiros e pessoas que obtinham interesse na exploração dessas pedras. Assim, os pequenos aglomerados deram origem aos povoados e, algum tempo depois, as cidades.

Boa Vista do Tupim, entretanto se tornou cidade apenas em 1962, quando a Lei n° 1729 emancipou essa área do território de Itaberaba. E, apesar de ter sido formada por ser uma localização estratégica para a hospedagem de garimpeiros, tem, atualmente a agropecuária como uma das mais expressivas atividades econômicas do município, segundo o IBGE.

Por fim, é possível constatar que o estado da Bahia, assim como todo território nacional, sofreu grandes transformações quanto à sua organização política, econômica e, em consequência, agrícola e fundiária. Entretanto, essas mudanças muitas vezes acentuaram as desigualdades sociais e ignoraram pequenos trabalhadores rurais, o que contribuiu para o surgimento de uma massa populacional marginalizada que encontrou um meio de reivindicar o direito à terra: a ocupação.

ESTRUTURA DO MOVIMENTO SEM TERRA E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NO MUNICÍPIO

O Movimento dos Sem Terra, surge no Brasil em 1979. Embora houvessem outros movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, como a Comissão Pastoral da Terra, foi em 07 de setembro desse mesmo ano que 110 famílias ocuparam uma fazenda no interior do Rio Grande do Sul. Esse episódio marcou o início de um movimento social agrário de nível nacional, mas também se tornou um símbolo da resistência contra a Ditadura Militar da época e suas formas de repressão contra os trabalhadores rurais. Desde então, o movimento ganhou força e construiu seu espaço político e sua autonomia.

No estado da Bahia, o movimento tem cerca de 26 anos e possui brigadas ao longo do território estadual. As brigadas servem como zonas administrativas que melhoram a

articulação do movimento e abrangem assentamentos e ocupações da área. Uma curiosidade sobre as brigadas são os nomes que elas recebem, todos são em homenagem aos companheiros e companheiras que de alguma forma se inseriram na luta camponesa pela reforma agrária. Ainda nessa divisão, temos os acampamentos e os assentamentos. O primeiro é referente ao momento inicial de ocupação da terra e o segundo abriga as pessoas que possuem o título da terra, falaremos disso com mais detalhes ao longo do trabalho.

O Estatuto da Terra, declara que a terra precisa cumprir sua Função Social e dentre seus deveres está a satisfatória produção, conservação dos recursos naturais e o bem-estar dos trabalhadores e proprietários, disposta no seguinte artigo:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

a) Favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela

Labutam, assim como de suas famílias;

b) Mantém níveis satisfatórios de produtividade;

c) Assegura a conservação dos recursos naturais;

d) Observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Entretanto, é de responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional da Reforma agrária) fiscalizar e promover um parecer sobre a área reclamada. Se a área improdutivo for identificada, deve ser comprada para os fins da reforma agrária. É nesse contexto que se formam os conflitos, porque, embora o governo, através do INCRA, pague pela terra, nem sempre o proprietário está disposto a vendê-la ou ainda, não aceita o fato da ocupação por parte dos trabalhadores.

O Acampamento Mãe Terra, possui 5 anos de existência, está situado na fazenda Tapiroca e não houve conflito com o proprietário da área. Foi feito um acordo com o fazendeiro, porque havia o interesse em vender a terra para o INCRA. Inicialmente, a ocupação era composta por 710 famílias e, hoje, abriga apenas 70. Por outro lado, o Assentamento Che Guevara, possui 10 anos divididos entre ocupação e assentamento. Além disso, estrutura-se em casas e possui escola e um espaço de lazer.

As diferenças entre assentamentos e acampamentos são visivelmente perceptíveis, não apenas pelo Direito, mas também pela simples observação. No acampamento é possível observar uma estrutura mais vulnerável e simples, composta por barracos, fogões à lenha e pequenas plantações menores. Enquanto que no assentamento, pode-se observar um padrão nas casas, uma quadra de futebol e uma pequena escola.

O espaço geográfico pode ser definido como um conjunto de fixos e fluxos (SANTOS, 1996). "Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar" (SANTOS, 1996, p. 38). Com essa definição pode-se iniciar a discussão de como um movimento social é capaz de mudar a configuração territorial de determinada área, pois não é apenas através dos sistemas naturais existentes, mas também pelas relações sociais presentes que o espaço é entendido como uma existência real e pode ser modificado.

O movimento começa a mudar a dinâmica espacial do município quando promove um trabalho de base e se estabelece em pontos estratégicos do município. Geralmente, em locais com um maior fluxo de pessoas, faz-se uma apresentação e posterior convite para que as famílias participem e façam parte do Movimento. Após esse processo de mobilização das pessoas, ocorre a afetiva ocupação de uma área rural e os brigadistas passam a viver entre o espaço urbano e rural.

Essas famílias vivem no meio rural, desenvolvem atividades rurais, mas interagem com o espaço urbano para finalizar seus interesses. Elucida-se essa afirmação com a necessidade que as famílias têm de utilizar o comércio, das vendas dos produtos agrícolas nas feiras municipais e dos serviços urbanos, como os hospitais ou supermercados. Por esse motivo, a gerência do bem-estar dessas pessoas torna-se de responsabilidade municipal também. A prefeitura precisa atuar através do desenvolvimento de planos que se adequam aos novos habitantes ou tende a interferir negativamente no movimento. No Assentamento Che Guevara, pudemos visitar a escola que comporta estudantes até o fundamental 2. Ao terminar os 5 anos, essas crianças passam a estudar na zona urbana do município, o que acarreta no aumento da demanda de aluno/vaga nas escolas de Boa Vista.

Outro fator que requer atenção corresponde à organização política desse movimento que atua de uma escala local, como é o caso do acampamento Mãe Terra no interior da Bahia, até encontros de caráter nacional. "A gente defende que o movimento começa aqui, nas

reuniões que a gente faz todo domingo e na resistência dos que ficam, porque vocês ouviram na fala do companheiro que em 5 anos de 710 famílias, só tem 70 agora e daqui para assentar, é capaz de ir mais 50(...) é a peneira da gente."

Apesar de procurarem enxergar o mundo, no que diz respeito aos seus conceitos ideológicos, da forma mais comunitária possível, nem só da ajuda mútua consegue viver o MST. No que foi possível constatar nas falas, os trabalhadores rurais se organizam de diferentes formas dentro e fora do movimento para se manterem economicamente ativos e conseguirem se sustentar.

O Movimento Sem Terra tem uma Associação (imagem 01), localizada no assentamento, para arrecadar contribuições mensais ou semanais com as próprias famílias que fazem parte. Essa associação é responsável pelo suprimento, na medida do possível, das necessidades dos menos abastados no assentamento. Chamadas de "boca de saco" pelas pessoas do movimento, essa prática consiste na organização de uma cesta básica para os mais carentes dentro da ocupação. Para além disso, o fundo da associação serve também para ocasionais urgências que possam surgir.

Figura1- Associação comunitária dos trabalhadores rurais Assentamento Che Guevara



Fonte: Arquivo pessoal

Na perspectiva dos acampados do Mãe Terra, as famílias se organizam de diversas formas e os trabalhos se misturam. Alguns indivíduos trabalham na zona urbana do município e retornam as suas moradias a noite, fato explicado pela falta de subsídios a essas pessoas que, por estarem ainda na ilegalidade, não recebem os auxílios previstos. Logo, a produção no acampamento é insuficiente para o abastecimento das famílias e inviável para a comercialização nas chamadas Feiras da Reforma Agrária, que acontecem sob supervisão e coordenação do MST.

Outra forma de obter sustento que observada é a oportunidade de trabalho dentro do próprio movimento. Pelo fato de abranger diversos municípios vizinhos, a cooperação possibilita a migração pendular de muitos trabalhadores que conseguem se deslocar e produzir em outros acampamentos e recebem sua parte do que foi produzido.

No Assentamento Che Guevara, observamos outras formas de obter renda. É previsto pela Casa Civil através PRONAF (Programa de Fortalecimento a Agricultura Familiar) o financiamento dos projetos para agricultura familiar. Todavia, o problema apresentado pelas pessoas assentadas é que além de provocar o endividamento, o subsídio não é capaz de resolver os impactos das chuvas irregulares no município nem de proporcionar um sistema eficiente de irrigação, o que ocasiona em prejuízos enormes na safra dos pequenos agricultores que não dispõem de reservatórios de água.

Outra alternativa encontrada por esses trabalhadores consiste no trabalho como “Boia fria”, que nada mais é que o trabalhador rural que se ocupa de tarefas temporárias sem vínculo empregatício. Ou seja, mesmo que possua a terra, a pessoa encontra-se fadada a trabalhar para terceiros ou mesmo latifundiários sem nenhum direito ou garantia, o que limita-o ao seu estado de início.

PAPEL SOCIAL DO MST

Assim como a terra, os movimentos sociais também possuem seu papel social, e o MST não é diferente. Os egressos do movimento possuem uma formação política de resistência e, acima de tudo, uma noção de comunidade e apoio mútuo, entretanto esses são apenas alguns dos valores e mudanças que o MST promove. A formação política que os movimentos sociais em geral promovem na vida dos militantes é, sem dúvida, um estudo muito importante para a compreensão dessa realidade. A mística e a simbologia utilizadas nos

movimentos, como é o caso do MST, é fundamental para o entendimento dessa lógica de transformação.

Baseado numa estrutura patriarcal, o sistema que temos ainda hoje, coloca a mulher num papel desvantajoso quando comparada ao homem, seja por suas múltiplas obrigações ou pelas diferenças de tratamento, a exemplo dos salários diferentes para a mesma função. O movimento consegue enxergar que a nossa sociedade se divide pela luta de classes, mas que essa luta também é de gênero e raça. Por esse motivo, dentro do movimento agrário as mulheres encontraram-se como frentes de resistência, como é o caso da coordenação regional do MST que é representada por Domingas, mulher e participante do Movimento. Além disso, as mulheres camponesas estão inseridas em todos os locais de fala e decisão na articulação das duas localidades visitadas.

"É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. (VENDRAMINI, 2007)". Com essa afirmação iniciamos aqui uma leitura das estratégias do movimento para que a educação de qualidade chegue até os filhos dos trabalhadores.

O MST possui duas linhas de ação que consistem em: educação e produção. Essa educação diferencia-se da convencional porque a direção é comunitária e é conhecida como a escola da família agrícola, que recebe apoio de diversas entidades. Como é o caso do PRONERA, que propõe a democratização do conhecimento no campo através da capacitação de professores e possibilitando o acesso de assentados a cursos da educação básica, técnicos e profissionalizantes.

A palavra "ciclo" pode ser usada aqui como principal termo para descrever a educação dentro das ocupações. A formação de professores do campo é um bom exemplo disso, os assentados saem do acampamento e recebem formação pedagógica para que possam voltar e atuar no ensino dos mais novos. O mesmo acontece com alguns profissionais de outras áreas, como é o exemplo da saúde. Em parceria com o governo e Cuba, filhos de assentados podem realizar o sonho de se formarem em medicina e regressarem as suas bases para atender a comunidade da área. Inclusive, no Assentamento Che Guevara, haviam dois filhos de assentados que estudavam medicina no país. Esses e outros mecanismos são utilizados para promover a ascensão e realização profissional dos indivíduos da reforma agrária e ao mesmo tempo possibilitar o retorno de bens e serviços às áreas ocupadas.

Entretanto a estrutura da única sala de aula do assentamento visitado (imagem 02), utilizada para a educação infantil e fundamental 1, ainda carece de infraestrutura e ampliação.

Imagem02- Sala de Aula da Escola localizada no Assentamento Che Guevara



Fonte: Arquivo pessoal

Outra característica positiva desse movimento é a preocupação com a reabilitação de pessoas infratoras ou dependentes químicas. Nos foi relatado que o MST da região acolhe esses indivíduos e procura ajudá-los com o desafio de enfrentar os problemas dos cometem infrações e os vícios, através da formação política e do objetivo da causa para mudar a vida dessas pessoas, além de acolher e devolvê-los a vida social dentro do próprio movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como toda e qualquer organização social o MST possui o poder de construir a realidade a partir das suas ações. Utilizando-se do conceito de Terras devolutas ou improdutivas, se apropria, assegurado por Lei, dessas áreas para uso de produção e moradia.

Entretanto, embora estejam assegurados pela Lei, os assentados estão expostos a diversos riscos, que vão dos mecanismos do Direito até conflitos violentos e diretos.

No caso do acampamento e do assentamento apresentados não houve problemas no que se refere às ocupações. Todavia, os desafios que as famílias têm enfrentado para se manterem economicamente são inegáveis. Por esse motivo, existe a necessidade de políticas públicas que alcancem os indivíduos da Reforma Agrária. Não basta entregar o título da terra, é preciso criar ações afirmativas e políticas públicas eficazes para o desenvolvimento econômico e permanência desses indivíduos no assentamento. É necessário analisar as particularidades de cada área, sejam elas climáticas ou do solo, para que se tenha uma agricultura familiar efetiva e de qualidade, pois sabemos que essa pode ser, senão uma concorrente, uma medida alternativa ao agronegócio decadente e problemático que temos hoje.

Além disso, precisamos estar atentos às mudanças que vêm ocorrendo no espaço e nos atualizar quanto a leitura dessa dinâmica. O movimento tem formado sujeitos com formação política e histórica de luta e resistência, mas também de caráter social e econômico singular. Esses sujeitos agem no espaço e o transformam, a Geografia tem o desafio de explicar o espaço abrangendo esses novos indivíduos e suas particularidades.

"A Geografia não deve ser considerada como uma ciência do espaço, mas como uma ciência da ação" (WERLEN, 2000), isso porque o espaço primário, embora seja onde os sistemas costumam se originar, não é o objeto de estudo. O espaço utilizado e modificado por e para as ações humanas, sim. E o que é o espaço rural senão um espaço que tem um conjunto de agentes humanos conflitantes atuando para sua formação? Sejam latifundiários, camponeses ou os movimentos sociais agrários, esses indivíduos são responsáveis pela produção e abastecimento ou não das cidades e as mudanças feitas nesse espaço afetarão o meio urbano.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei N° 4. 504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o estatuto da terra, e dá outras providências.** Brasília, DF, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm> Acesso em: 12 de nov. 2018

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra- MST (1979–1999)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GERMANI, Guiomar. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário. **GeoTextos: revista da Pós-graduação em geografia**, vol. 2, n. 2, 2006 (pp. 115-148).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/boa-vista-do-tupim/panorama>> Acesso em: 20 de Nov. 2018

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **PRONERA**. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária Disponível em: <www.incra.gov.br/educacao_pronera> Acesso em: 08 de nov. 2018

LEÃO, Sônia de Oliveira. **Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia**. Tradução Sônia de Oliveira Leão; Roberto Aichinger. Recife: SUDENE, 1987.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. Disponível em: <www.mst.org.br> Acesso em: 15 de nov. 2018

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996, [2002].

VENDRAMINI, Célia Regina. **"Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo."** Cad. Cedes, Campinas 27.72 (2007): 121-135.

WERLEN, Benno. Regionalismo e sociedade política. Universidade Friedrich-Schiller, Jena (Alemanha). Tradução: Rogério Haesbaert. Revisão: Wolf-Dietrich Sahr. **Revista Geographia**, ano II, n. 4, 2000.

Informações sobre as autoras:

Ythana de Oliveira Santos

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

ythanaos@outlook.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4811-4221>

Janaina Paixão Pereira

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

paixojanaina31@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8650-2591>

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020